



Formalização do trabalho temporário no café: mais um passo em direção à solução

Mais um passo foi dado em direção à resolução do problema de falta de mão-de-obra nas colheitas de café. Após audiências do Conselho Nacional do Café (CNC) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com os ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Assistência Social (MDS), decidiu-se que outras entidades participarão do processo de criação da melhor ferramenta para formalizar a contratação do trabalhador, sem que ele perca o auxílio do Bolsa Família. Neste intuito, a Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) se reuniu também, na terça (4), para debater os tipos de contratação na cafeicultura e a segurança jurídica nas relações de trabalho da cadeia produtiva. Na abertura do encontro, o vice-presidente da comissão, Thiago Orletti, destacou a importância do diálogo no setor para a tomada de decisões que levem ao crescimento sustentável da atividade cafeeira. Durante a reunião, o coordenador da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da CNA, Rodrigo Huguene, apresentou os principais tipos de contratação de

empregados na cadeia produtiva do café. Ele citou como exemplo a Lei 5.889/79, que trata de normas reguladoras do trabalho rural, como o contrato de safra, que depende das variações nas etapas de produção (desde o preparo do solo até a colheita); e o contrato de curta duração, indicado para atividades de natureza temporária, com prazo máximo de dois meses dentro de um ano. Rodrigo ainda falou sobre outros tipos de contratos que podem ser adotados de acordo com as diferentes realidades das regiões cafeeiras, como o contrato por prazo determinado, contratos de experiência e consórcio de empregadores rurais. A assessora técnica da CNA, Raquel Miranda, afirmou que as boas práticas de trabalho estão no centro de prioridades do setor cafeeiro, visto que as atividades de colheita para a temporada 2023 já se iniciaram e serão intensificadas nos próximos meses. Dessa forma, a Comissão Nacional do Café, em conjunto com a coordenação de Relações do Trabalho da CNA, realizará um trabalho de mapeamento das particularidades regionais, adequando os modelos de contratos para posterior divulgação com os produtores rurais. O presidente do CNC, Silas Brasileiro, acredita que os trabalhos culminarão numa portaria a fim de dar celeridade ao processo. "Temos agendadas mais algumas reuniões para finalizarmos essa questão. cremos que muito em breve será publicada uma portaria com todas as regras da formalização do contrato temporário. Os sindicatos patronais e dos trabalhadores estão contribuindo substantivamente para deixar ainda mais robusta a portaria. Temos a convicção de que essa colheita de 2023 já terá essas regras postas". Fonte: MundoCoop



Empreendedorismo coletivo é tema de reunião com secretário Gilberto Carvalho

Em reunião nesta quinta-feira (6) com o secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Gilberto Carvalho, o Sistema OCB apresentou as principais pautas do cooperativismo que estão sob alçada da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. O Presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, fez um apanhado sobre as contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento socioeconômico do país e destacou temas que precisam avançar para impulsionar a economia e levar prosperidade a todos. "O cooperativismo traz em seu DNA esse viés de uma economia mais compartilhada para estimular o empreendedorismo coletivo. Por isso, nos colocamos à disposição para contribuir na elaboração de projetos e programas neste sentido. Buscamos a efetiva valorização dos agentes de reciclagem, a participação de cooperativas em licitações e o estímulo ao trabalho em rede", destacou. Também foram tratados temas como a importância da qualificação técnica de trabalhadores cooperados e a importância do financiamento para o desenvolvimento das cooperativas. Outro ponto foi o modelo

cooperativista como opção sustentável para o trabalho em rede, conectando pessoas e colocando-as no centro da tomada de decisões dos negócios. “As principais vantagens dessa atuação é a autogestão e valorização do trabalhador, que é dono do próprio negócio, seja via plataformas de compras coletivas ou na oferta de serviços por aplicativos”, explicou Freitas. A construção de uma agenda colaborativa para impulsionar o trabalho das 97 cooperativas de reciclagem do Sistema OCB, que reúne 4 mil catadores, também foi destacado no encontro. “Eles já fazem a diferença tanto para suas famílias como para o meio ambiente. A maior participação destas cooperativas na gestão dos resíduos sólidos passa também pelo aumento da renda do catador e melhores condições de trabalho”, salientou o presidente. Gilberto Carvalho acolheu as sugestões apresentadas e ressaltou a importância do trabalho conjunto entre a OCB e a Senaes para o desenvolvimento do setor no país. “Precisamos caminhar juntos para mostrar à população brasileira a força do cooperativismo, modelo de negócios que alia o desenvolvimento econômico e social”, disse. *Fonte: SomosCooperativismo*



Câmara de Consultoria, Instrutoria e Ater define plano de trabalho para 2023

A Câmara de Consultoria, Instrutoria e Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), do Sistema OCB, realizou a primeira reunião deliberativa de 2023, no dia 5 de abril. Os integrantes foram atualizados sobre a configuração do cenário político e a atuação da organização nacional em defesa dos interesses do cooperativismo de trabalho. O colegiado também definiu seu plano de trabalho para 2023 e acompanhou a apresentação de um estudo previdenciário realizado pelo Sistema OCB. Vinculada ao Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, a câmara planeja incentivar a utilização de ferramentas do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) para capacitação e aprimoramento de habilidades e ampliação dos negócios. O grupo deliberou também sobre a utilização da plataforma NegóciosCoop com a divulgação do catálogo de produtos e serviços; avanços em pautas de estímulo ao cooperativismo de plataforma e as novas formas de trabalho em rede; o aumento da interlocução com o Ministério do Trabalho e Emprego e com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater); e o avanço na regulamentação da Lei das Cooperativas de Trabalho (12.690/12), para aumentar a participação das coops nas contratações públicas. Participaram da reunião técnicos do Sistema OCB, de Organizações Estaduais e dirigentes de coops. *Fonte: SomosCooperativismo*



Presença de cooperativas influenciam na geração de renda e diminuição da taxa de desemprego

O cooperativismo é um dos principais mecanismos para a geração de emprego, renda, inclusão social e desenvolvimento socioeconômico. Para se ter uma ideia, hoje as cooperativas são uma das maiores empregadoras. Segundo dados do Banco Central Estban (set/2022) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Rondônia, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná compõem o ranking dos estados brasileiros que possuem as menores taxas de desemprego. Mas o que há em comum entre eles? Todos contam com a forte presença do cooperativismo, o que é possível comprovar ao compará-los aos estados em que os índices são maiores e a participação cooperativista é tímida ou inexistente. Rondônia desponta no topo do ranking com uma taxa mínima de desemprego 3,1% e 32,7% da participação de cooperativas de crédito, seguido por Santa Catarina com 3,2% de desemprego e 30,4% da presença de cooperativas. Em terceiro lugar fica o Mato Grosso com 25,8% da presença de cooperativas e 3,5% do índice de desemprego. Os estados com maiores taxas de desemprego são Bahia (13,5%); Amapá (13,1%); Sergipe (11,9%); Pernambuco (11,8%) e Rio de Janeiro (7,9%), a participação de instituições



financeiras cooperativistas variam de 0% a 1,8%. Esses números podem ser explicados pelo modelo de gestão cooperativista, pois enquanto um banco privado toma recurso da comunidade e os centraliza para sua matriz ou local de origem, as cooperativas utilizam todos os recursos aplicados na comunidade em que faz parte, o que contribui diretamente para economia e desenvolvimento social da população. Conforme explica Oberdan Pandolfi Ermita, economista e presidente do Conselho de Administração da Sicoob Credip, cooperativa financeira da região Norte, no sistema bancário privado a cada R\$ 1,00 movimentado, apenas R\$ 0,13 são convertidos para região. Já a cooperativa, cada R\$ 1,00 recebido como saldo de depósito, ele é reaplicado na localidade. Ermita pontua ainda que as cooperativas acreditam nas pessoas e no empreendedorismo, e isso se traduz em renda e emprego. “Podemos observar claramente que onde não há cooperativas, há uma extração de riqueza local. Se não tiver cooperativas quem vai apoiar e em emprestar crédito para o seu João que vende alface na feira ou o seu Manoel da padaria? As estatísticas mostram que as cooperativas apoiam diretamente o empreendedorismo local e a partir dele surgem os empregos”, explicou Ermita. Ivan Capra, presidente da Sicoob Central Norte e Sicoob Credisul, destaca que as cooperativas atuam diretamente na regulação do mercado e a pesquisa reflete esse protagonismo. “As cooperativas têm a capacidade de fazer investimentos grandiosos. Elas são balizadoras do mercado financeiro, fazendo com que outras instituições se adaptem, o que acaba beneficiando até mesmo quem não é cooperado. Outra coisa, o público-alvo da cooperativa são os pequenos e médios empresários, maiores geradores de emprego. E os resultados voltam para comunidade por meio de ações, projetos, devoluções na conta capital ou conta corrente, o que se caracteriza como fonte geradora de riqueza”.



Com mais dados podemos projetar o futuro do Coop fluminense!



Saiba mais em rio.coop/censo

